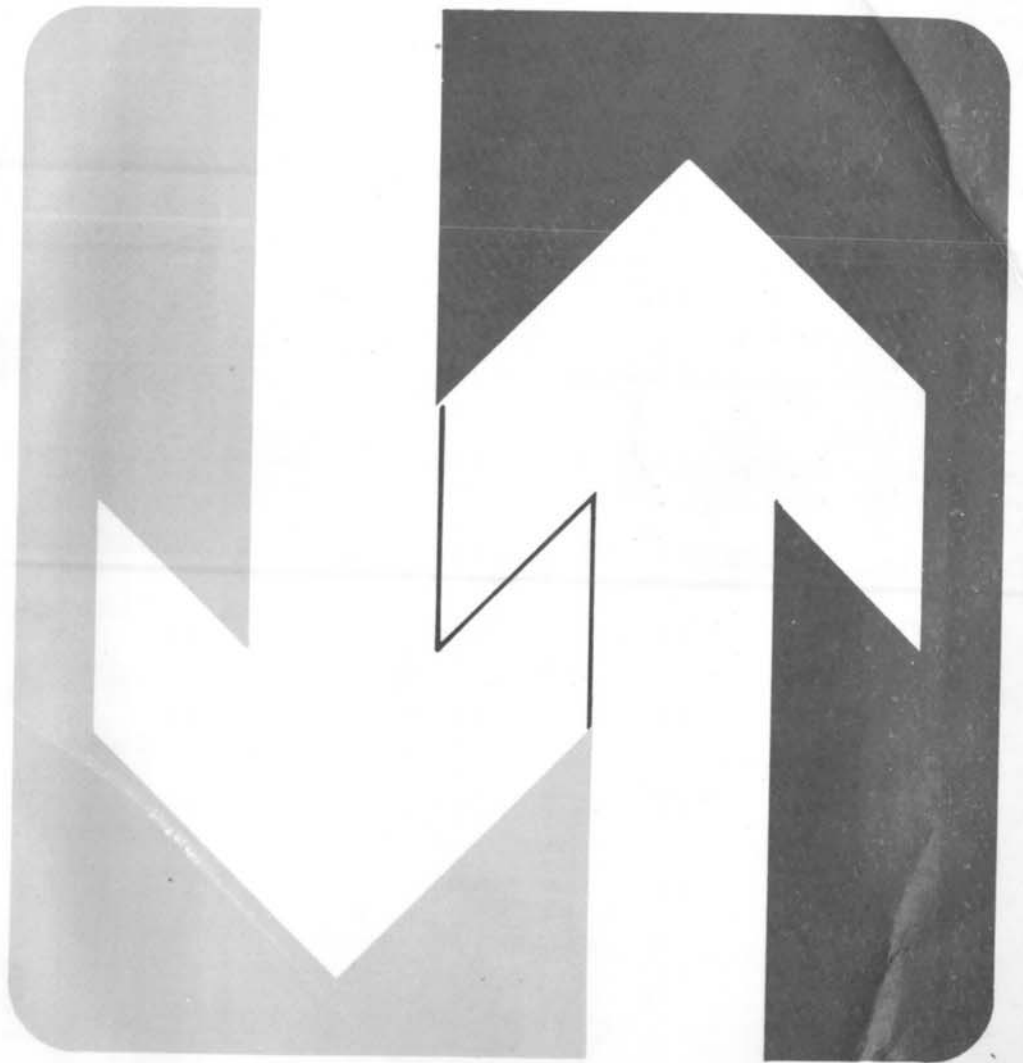


ANAIIS



3º CONGRESSO
BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

02

*A INTEGRAÇÃO DO ENSINO DA ARQUIVOLOGIA NA ÁREA
DA DOCUMENTAÇÃO*

Antonio Caetano Dias

O presente trabalho que tenho a honra de apresentar neste 3º Congresso Brasileiro de Arquivologia, atendendo ao amável convite de Helena Corrêa Machado, não pretende ser original. Trata-se apenas de breve comunicação, inspirada na magistral obra de Paul Otlet, que estabeleceu o princípio de alinhar e definir as bibliotecas, os arquivos e os museus como instrumentos da documentação. Bradford, Malcles e Briet, além de muitos outros, aliás, nada mais fizeram do que ampliar e atualizar os estudos originais do mestre belga.

Também a idéia central de reunir num organismo universitário os cursos de biblioteconomia, arquivologia e museologia não é original.

Já o Regulamento do Arquivo Nacional, de 14 de maio de 1923, aprovado pelo Dec. nº 16.036, propunha-se a harmonizar os três cursos, juntamente com os Regulamentos do Museu Histórico e da Biblioteca Nacional, aprovados respectivamente pelos Dec. 15.670, de 2 de agosto e 6 de setembro de 1922.

Verifica-se assim que o trabalho por nós apresentado no ano passado, no 1º Encontro da Ciência da Informação, promovido pelo IBB, que teve a colaboração dos professores Déa Coutinho Amadeo, José Pedro Pinto Esposel e Solange Godoy, propondo a criação de um Centro da Ciência da Informação, nada mais era do que uma tentativa de corporificar a idéia consubstanciada nos textos de dois artigos do citado Regulamento do Arquivo Nacional, que dizem:

“Artº 55: O curso técnico, destinado a habilitar os candidatos ao cargo de 3º Oficial do Museu Histórico Nacional e ao de Amanuense da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, constará das seguintes matérias: distribuídas em dois anos: 1º) História Literária, Paleografia e Epigrafia, História Política e Administrativa do Brasil, Arqueologia e História da Arte; 2º) Bibliografia, Cronologia e Diplomática, Numismática e Sigilografia, Iconografia e Cartografia.

“Artº 56: O ensino das matérias será dividido entre os estabelecimentos a que é comum o curso técnico cabendo ao Museu Histórico Nacional o de Arqueologia e História da Arte e da Numismática e Sigilografia; à Biblioteca Nacional o de História Literária, de Bibliografia, de Paleografia e Epigrafia e de Iconografia e Cartografia e ao Arquivo Nacional o de História Política e Administrativa do Brasil e de Cronologia e Diplomática”.

Torna-se evidente, portanto, a origem comum aos cursos de Museologia, Biblioteconomia e Arquivologia.

Na realidade, porém, a lucidez do legislador não passou de uma intenção que ficou limitada ao próprio texto das páginas amareladas do

Diário Oficial. Os três cursos surgiram isoladamente e foram seguindo o seu rumo, dentro de esquemas subordinados tão-somente aos interesses das instituições que os mantinham.

Na Biblioteconomia houve mais realismo. Em sucessivas reformas (1944 e 1962), sua estrutura foi se modificando, adaptando-se o currículo às modernas exigências ditadas por um mercado de trabalho em ascensão e cada vez mais diversificado.

Visando inicialmente a formação de especialistas para a própria Biblioteca Nacional, as reformas mencionadas foram se caracterizando pela inclusão de novas disciplinas que iriam cobrindo as áreas da documentação. Das quatro disciplinas existentes até 1944, a Reforma de 1944 as ampliou para oito, ao passo que, a Reforma de 1962 elevou o número delas para dezesseis, sem enumerar os cursos avulsos optativos. Enquanto isso, obtinha do Conselho Federal de Educação a aprovação do currículo mínimo (publicado na *Documenta* 10), medida que veio proporcionar a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei e o conseqüente decreto da regulamentação profissional. E, finalmente, em 1969, o Decreto-Lei nº 773, de 20 de agosto de 1969, criando a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara, veio conceder a ambicionada carta de alforria ao então Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, quando se denominou Escola de Biblioteconomia e Documentação, passando a se constituir numa unidade congregada à FEFIEG (hoje FEFIERJ), com o mesmo "status" da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, Escola Central de Nutrição, Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, Escola de Teatro e Instituto Vila Lobos. Todas, antigas unidades isoladas, agora congregadas e situando-se no contexto da política universitária do nosso Estado. O Instituto Biomédico, criado por uma Resolução, veio dar por último a unidade desejável para toda área da saúde, obedecendo fielmente ao espírito dos princípios que norteiam a filosofia da reforma universitária brasileira. E devemos lamentar que, naquela oportunidade, não tivessem sido incorporados os cursos de Arquivologia e de Museologia na forma integrada que hoje preconizamos. Muito embora com os seus currículos mínimos aprovados, tais cursos continuavam e continuam vinculados umbelicalmente às suas origens: o Arquivo Nacional e o Museu Histórico — cujas estruturas ainda condicionam a atuação de ambos os Cursos no sentido de preparar pessoal habilitado para suas próprias necessidades. Podemos pois inferir três conclusões que nos levam a admitir a justificativa de todo um movimento destinado a situar o problema em seu verdadeiro vetor. Em primeiro lugar, colocá-los dentro de uma formulação política já definida para preparar pessoal de nível superior, situando os dois cursos em Universidade ou em Federação de Escolas, como no exemplo da atual FEFIERJ. Em segundo lugar, como no caso da Biblioteconomia, procederão ao desmembramento dos cursos vinculados administrativamente a unidades de cultura: uma ao Arquivo Nacional que é subordinado ao Ministério da Justiça, e outro ao Curso de Museologia, vinculado ao Museu Histórico, unidade de cultura subordinada ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. E, finalmente, em terceiro lugar, o que nos leva a adicionar que, além das desvantagens inerentes à formação de profissionais,

também essas dificuldades se estendem à formação de Professores especializados nas disciplinas profissionalizantes, todos eles recrutados nas suas áreas de especificação, carentes de formação didática e pedagógica, dificuldades e desvantagens que seriam sanadas.

Mas não teria sentido esta comunicação não fosse a oportunidade ímpar que se apresenta neste mesmo instante em que se realiza o 3^o Congresso de Arquivologia sob os auspícios da Associação de Arquivistas Brasileiros. A recente Lei n^o 6.363, de 23 de setembro de 1976, publicada no *Diário Oficial* de 24 de setembro passado, estabelece a concretização de reforma dos antigos estatutos da FEFIERJ. Nessa Reforma, inspirada pelo professor José Maria Bezerra Paiva, que nos honra presidindo este Painel de Recursos Humanos em Arquivologia, abre-se uma perspectiva imediata de atrair cursos de Arquivologia e Museologia para, juntamente com o curso de Biblioteconomia, formarem um conjunto ideal, sonhado em 1923, dentro do Centro de Ciências Humanas.

Obedecendo aos princípios da universalidade, onde as áreas de conhecimento são distribuídas ou reunidas em Centros, vão cedendo terreno os conceitos ultrapassados e arcaicos da velha universidade, onde as unidades constituíam-se em verdadeiros arquipélagos e muito se preocupavam com a monumentalidade que promoviam e infelizmente ainda estimulam as torres de marfim, muito ao contrário, o conceito da interdisciplinariedade integra o ensino de maneira mais racional, solidária e eficaz, conforme se evidencia na instituição dos Ciclos Básicos onde, *verbi gratia*, todos os alunos de Medicina, Farmácia, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, enfim todos os estudantes da área da saúde recebem os ensinamentos semelhantes das disciplinas comuns às suas áreas profissionalizantes. É no ciclo básico e na departamentalização, que se evidencia com maior ênfase o sentido universalista das reformas de ensino nos países desenvolvidos.

A conclusão, para aqueles que vêm acompanhando nossa linha de raciocínio, é muito simples. Sabemos todos que tanto a Arquivologia como a Biblioteconomia e a Museologia são ramos de uma mesma área. Sabemos todos, também, que a Documentação encontra-se hoje universalmente conceituada com características próprias como uma disciplina da Ciência da Informação. Todo o elenco de processos técnicos que norteiam a recuperação da informação, sejam tradicionais ou sofisticados, não se constituem em disciplinas independentes, o que nos leva a concordar totalmente com o mestre americano Jesse Shera quando afirma que a Ciência da Informação em si mesma é apenas um aspecto do processo de comunicação e comunicação é um fenômeno social. Já os estudiosos russos haviam também, segundo Scott Adams subordinado a Ciência da Informação à Ciência Social, conceituada como disciplina que estuda a estrutura e características gerais da informação científica e ainda as leis gerais que governam todos os processos de comunicação científica.

Para fortalecer, mais e melhor, a convicção de que não se deva perder esta oportunidade, no exato momento em que o Governo concede nova estruturação a uma Federação de Escolas (em potencial a mais nova Universidade do Rio de Janeiro), devemos lembrar que os limites que separam

as definições de Bibliotecas, Arquivos e Museus cada vez se enfraquecem mais com o avanço avassalador da tecnologia, notadamente nos processos de automação ou de computação eletrônica. Hoje, numa unidade de documentação como o Museu da Imagem e do Som nem mesmo o tridimensional é encontrado. Como definir, por exemplo, a Casa de Rui Barbosa? Biblioteca, Museu ou Arquivo? Ou os três a um só tempo?

Nessas circunstâncias, vamos nos cingir a equacionar o problema da mesma maneira com que foi projetado o levantamento preliminar dos estudos anteriores, consistindo tal equacionamento em ajustar os currículos dos três Cursos, formar um currículo básico ideal, definindo as cargas horárias e os créditos proporcionais, maiores ou menores na medida das exigências de cada área, e a sugestão de incluir no currículo pleno, comum aos três Cursos, disciplinas como “Análise de Sistemas”, “Conservação e Restauração”, “Metodologia de Pesquisa”, “Organização e Métodos”, “Teoria de Classificação” e outras, com o objetivo relevante de harmonizar o sentido humanístico com a tendência tecnocratizante das matérias profissionais. Esta é uma preocupação dominante que deve ser enfatizada, no momento em que a tecnocracia tenta se sobrepor ao humanismo, esquecendo-se de que toda a atividade de ensino deve ser orientada no objetivo que se preocupa em promover o bem estar do homem, conduzindo o conhecimento acumulado às suas verdadeiras metas.

Em seqüência, esclarecemos nos debates os pontos controvertidos das nomenclaturas de disciplinas e deixando em suspenso o ciclo básico ideal para a formação futura de bibliotecários, arquivistas e museólogos, que assim poderão alcançar a oportunidade de cumprirem outros créditos que lhes possibilitassem um remanejamento profissional na linha das suas preferências ou vocações. Para ser mais claro, um arquivista diplomado, com os critérios comuns cumpridos à Biblioteconomia, somente teria que requerer matrículas nas disciplinas profissionalizantes desta área para se bacharelar também nesta especialidade. E, vice-versa, o mesmo acontecendo em relação aos museólogos. São essas, em síntese, as razões e as vantagens desta proposição que se ajusta à realidade e que somente não se realizará se os minúsculos interesses pessoais conseguirem se sobrepor à evidência cristalina do óbvio. (Em anexo os currículos dos três cursos).

CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO

- Estudo de problemas brasileiros
- História do livro e das bibliotecas
- História da literatura
- História da arte
- Introdução aos estudos históricos e sociais
- Evolução do pensamento filosófico e científico
- Organização e Administração de bibliotecas

- Catalogação e Classificação
- Bibliografia e Referência
- Documentação
- Paleografia
- Reprografia (trata-se de uma disciplina que figura no currículo pleno)

DISCIPLINAS ELETIVAS

- Comunicação em biblioteconomia
 - Relações humanas e relações públicas nas bibliotecas
 - Organização de bibliotecas universitárias
- A integralização das disciplinas no curso de Biblioteconomia e Documentação será feita, no mínimo, em 2.025 horas.

CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

- Introdução ao estudo do Direito
 - Introdução ao estudo da História
 - Noções de Contabilidade
 - Arquivo I – IV
 - Documentação
 - Introdução à Administração
 - História administrativa, econômica e social do Brasil
 - Paleografia e Diplomática
 - Introdução à Comunicação
 - Notariado
 - Uma língua estrangeira moderna
 - Estatística
- A integralização das disciplinas do curso de arquivologia será feita, no mínimo, em 2.100 horas.

CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

TRONCO COMUM

- Antropologia
- Arte do Brasil

- Artes menores
- Estética
- Estudo de Problemas Brasileiros
- Folclore
- História da Arte
- História do Brasil
- História da civilização
- Introdução ao estudo das ciências
- Museologia
- Metodologia de pesquisas históricas
- Museografia
- Técnicas e processos artísticos

CURRÍCULO MÍNIMO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA

CICLO PROFISSIONAL

- Arqueologia
- Arquitetura
- Arte na América Pré-colombiana
- Arte no Oriente
- Biologia
- Botânica
- Ciências auxiliares da história
- Ciências Sociais
- Comunicação
- Didática
- Ecologia
- Escultura
- Geologia e Mineralogia
- História militar e naval
- Paleontologia
- Pedagogia
- Psicologia
- Psicologia da arte
- Tecnologia cultural
- Zoologia

A integralização das disciplinas do curso de Museologia será feita, no mínimo, em 2.200 horas.

PERGUNTAS AO PROF. CAETANO DIAS

1) *Randolph Mars Junior* (Arquivo da Tintas Internacional S/A – RJ): No seu ponto de vista, qual o papel (função) primordial de uma estagiária na implantação de um Sistema de Arquivos numa empresa? Ela difere da função do pessoal existente dentro da empresa no que diz respeito aos arquivistas sem preparação básica?

R – O problema de estágio tem múltiplas conotações. O estágio do estudante em nosso país é uma espécie de “salvação da lavoura” porque as escolas não estão aparelhadas para ministrar os ensinamentos técnicos. O aluno vai adquirir essa prática justamente no contato com profissionais experientes. Há assim uma dupla vantagem para a empresa; o estagiário não constitui mão-de-obra cara no sentido de vínculo empregatício e para a Escola, é uma espécie de Laboratório que adquire com o seu aluno procurando aplicar os ensinamentos técnicos adquiridos na sala de aula, numa atuação orientada dentro de uma empresa; uma Unidade de Ensino ou de uma Instituição.

Assim, quando o estagiário é bom, é aí que se abre a sua estrada profissionalizante. O aluno se identifica com aquilo que está fazendo, melhora o seu rendimento na Escola e se for bom, a Empresa não o deixa escapar. Daí o problema de seleção e o da avaliação de comportamento em que, tanto as pessoas que estão orientando o estágio, quanto o estudante, têm que se entender. Penso que não há problemas de conflito quanto ao “status” de estudante estagiário em qualquer área de atuação.

2) *Valduilson dos Santos* – RJ: Como ficarão os Arquivologistas que compuseram a 1ª turma de nível universitário, com *Certificado de Freqüência* registrado na UFRJ? Quem fornecerá os diplomas, quando e em que condições? Como poderá haver um currículo mínimo se as profissões são diferentes e distintas?

R – Resposta dada pelo Presidente da mesa (B. de Paiva).

Quanto à primeira fase da pergunta, é exatamente por isso que a FEFIERJ tem lutado para que o curso de Arquivologia do Arquivo Nacional passe para a Federação. A FEFIERJ poderia criar um curso de Arquivologia dentro das determinantes da Lei, mas ela quer exatamente absorver esse curso não apenas pelas experiências do passado, como também por um direito de justiça, para que todos aqueles que freqüentaram o curso possam receber seus diplomas, a sua vivência escolar e o seu reconhecimento de sua profissão no contexto universitário.

Os diplomas serão fornecidos certamente pela FEFIERJ.

Após a decisão do Presidente da República atendendo a exposição de motivos dos Ministros da Justiça e da Educação para a transferência do curso do Arquivo Nacional para o Ministério da Educação, nós iniciaremos um grande trabalho junto ao Conselho Federal de Educação para um exame profundo de toda a atividade administrativa no campo do Ensino da Arquivologia ali no Arquivo Nacional. Os direitos serão certamente conceituados desde que as disciplinas tenham sido cumpridas na obediência às cargas horárias, créditos, etc. Será um processo igual aos por que já passaram diversas

Organizações no Brasil; a área de teatro é um exemplo disso. Os cursos de teatro foram criados há 34 anos. A partir de 1965 tiveram seus currículos mínimos conceituados e somente em 1975 o Conselho Federal de Educação achou por bem reconhecer os cursos de teatro já então na FEFIERJ. Então todos os alunos por esse reconhecimento passarão a receber seus diplomas a partir da aprovação do currículo mínimo em 1965, desde que tenham cumprido todas as disciplinas e cargas horárias componentes do currículo mínimo daquele documento.

Quanto à parte final da pergunta: O Conselho Federal de Educação determina os currículos mínimos para cada carreira. As 3 de que tratamos possuem esses currículos mínimos. Entretanto, no caso do Centro de Ciências Humanas onde se aproveitarão as três atividades, os currículos serão cumpridos; existem disciplinas que são comuns a todos os três cursos; essas matérias serão aplicadas no Ciclo Básico. Após o cumprimento do Ciclo Básico, o aluno poderá desenvolver sua atividade na área de sua escolha. Dentro do Centro de Ciências Humanas é nossa determinação na FEFIERJ que possa haver, como citou o Prof. Caetano, a possibilidade do aluno, completada a sua formação no Bacharelado em Biblioteconomia e tendo cumprido a carga horária necessária e as disciplinas básicas, poder cumprir, a seguir os diversos créditos que lhe permitirão a graduação em outra área sem mais haver necessidade do vestibular.

3) *Zita Magalhães Alves* (5º semestre de Arquivologia – AM): Poderá um aluno do Arquivo Nacional ingressar no curso de Biblioteconomia sem fazer Vestibular?

R – Resposta do Presidente da Mesa (B. de Paiva)

No caso presente nós estamos desenvolvendo, como já informei na resposta anterior, o processamento do aproveitamento do aluno em todas as fases. Certamente isso só ocorrerá a partir do momento da constituição do Centro de Ciências Humanas e do reconhecimento do Curso de Arquivologia.

No momento não; O Cesgranrio determina uma área e faz um Vestibular específico. Possivelmente a partir de 1978 o Vestibular já será comum para a área da FEFIERJ.

4) *Antonio Felipe Corrêa da Costa* (Arquivo Geral da ECEX): Quais as exigências e vantagens atribuídas ao Bibliotecário para cursar Arquivologia ou Museologia, a fim de complementar sua formação técnico-científica superior? Há dispensa de disciplinas nos currículos respectivos?

B – Resposta do Presidente da Mesa (B. de Paiva)

Acredito que já elucidei a questão nas respostas anteriores.

5) *Elizabeth Andrade Pinto* (Brasília): Consta do currículo mínimo do Curso de Arquivologia o estudo do Português em nível mais profundo do que atualmente se faz na área universitária? Embora não desprezando as disciplinas práticas e específicas da técnica arquivística, não é necessário dar ao arquivologista uma cultura geral que o prepare para o desempenho mais eficiente de sua função?

R – Resposta do Presidente da mesa (B. de Paiva)

Essa questão vem preocupando a todos os educadores brasileiros, principalmente ao Departamento de Assuntos Universitários que a tem examinado em profundidade. Na verdade, não apenas dar uma formação de cultura geral especificamente para aqueles que estão ligados àquelas áreas chamadas de culturais. Eu acredito que o ensino da língua tem que voltar o mais rapidamente possível para se evitar aqueles enganos que temos visto presentemente na formação humanística universitária em que, de repente, nós vamos ter apenas especialistas dentro de uma determinada área, perdendo cada vez mais a sua visão e sua participação no conteúdo universal.

6) *Auta Rojas Barreto* (Academia Nacional de Medicina): Os nossos mais efusivos cumprimentos pela comunicação efetuada. Concordamos plenamente com seus pensamentos. Fazemos votos para que consiga torná-la realidade. Colocamo-nos à disposição para qualquer colaboração nesse sentido.

R – Muito obrigado.

7) *Mary* – RJ: Por que uma bibliotecária precisa enfrentar um vestibular com Programa de Cesgranrio para ingressar no curso de Arquivologia, se são ramos da mesma área?

R – Resposta do Presidente da mesa (B. de Paiva)

Pergunta respondida nos dois primeiros quesitos.

8) *Lêda Maria Abbês* (Bibliotecária da Cia. Brasileira de Energia Elétrica): Gostaria de saber se já foram publicados os ANAIS do 1º e 2º Congressos Brasileiros de Arquivologia; em caso negativo quando pretendem fazê-lo. E o 3º...?

R – Resposta da Profa. Helena Corrêa Machado, Presidente do Congresso.

A Associação tem se preocupado, ao longo desses quatro últimos anos, com a publicação dos Anais dos 1º e 2º Congressos. Todavia, não foi possível realizar esse objetivo por falta de recursos. A contribuição dos associados é módica. Haja vista que em 1975 éramos 200 e poucos sócios pagando apenas Cr\$ 10,00 mensais, o que evidencia o fato de não termos tido meios para a publicação. Felizmente, ao realizar este 3º Congresso já contamos com recursos destinados à publicação dos respectivos anais, face à promessa de ajuda oficial, tanto do MEC como do Ministério da Justiça.

9) *Pedro Tórtima* (Rio): Como explicar a terrível defasagem, em termos de remuneração, entre os especialistas que trabalham na área humanística e aqueles das áreas técnicas?

R – O fenômeno é complexo e de difícil resposta. Entendo que a prevalência da tecnocracia sobre o humanismo, em termos de remuneração, será transitória. Há uma interdependência entre ambos que levará fatalmente a um equilíbrio desejável.

A visão global do humanista não dispensa a atividade especificamente executiva do técnico.

A intenção da pergunta revela uma distorção que realmente existe mas que, em nossa opinião será transitória, pois jamais poderá o humanismo ser relegado a um plano inferior na aferição dos valores individuais em termos de remuneração.

10) *Fátima Bretanha* – São Paulo: O Curso de Editoração que sei existir na USP, poderia ser colocado no currículo mínimo de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia?

R – O Curso de Editoração ou Ecdótica poderá em qualquer tempo ser incluído nos currículos *Plenos* das Ciências da Informação.

Quanto aos currículos mínimos, seria mais difícil, pois dependeriam de uma reformulação que somente o Conselho Federal de Educação poderia aprovar. Quanto a sua inclusão nos currículos *Plenos*, dependeria apenas dos colegiados (congregações), que aprovariam sua inclusão.

Como exemplo cito o caso da Reprografia que, não pertencendo ao currículo mínimo obrigatório nos Cursos de Biblioteconomia figura em quase todos os currículos *Plenos* com um crédito em dois semestres.